

Me digam em que sou diferente de vocês? : sentidos de uma escola inclusiva para pessoas com deficiência em um Programa da EJA

Jamile Delagnelo Fagundes da Silva

Universidade Regional de Blumenau (FURB)

jamiledelagnelo@yahoo.com.br

Resumo. *Vivenciamos hoje, no Brasil, um amplo movimento político para a inclusão de pessoas com deficiências nas diferentes instituições, particularmente nas escolas de ensino regular e nas empresas. A obrigatoriedade legal de inserção das pessoas com deficiência em instituições educacionais e empresárias resulta de lutas históricas de movimentos sociais por garantia de direitos de cidadania e igualdade de oportunidade para todos. Neste contexto, a solicitação crescente das indústrias catarinenses para a capacitação educacional e profissional da mão-de-obra potencial constituída pelas pessoas com deficiência foi fator determinante para o surgimento de uma escola inclusiva no norte de Santa Catarina. Nesta escola de Educação de Jovens e Adultos são atendidas pessoas que apresentam algum tipo de deficiência e por algum motivo abandonaram seus estudos na idade regular. O que se pretende neste artigo é desvelar os sentidos que esta escola têm para estes sujeitos, refletir sobre como acontece o processo de inclusão na voz de quem dele participa: alunos e professores. Os dados da pesquisa foram coletados através de um comando enviado pelo correio eletrônico para 03 professores e 11 alunos. Neste comando foi solicitado para que escrevessem sobre o que acreditam ser uma educação inclusiva e que sentido tem estudar/trabalhar nesta escola. Os discursos produzidos pelos sujeitos apontam para questões relacionadas à Identidade e Diferença. Nesta perspectiva os dados foram analisados à luz de Silva e Baumann considerando Identidade e diferença em uma estreita relação de dependência, ligadas a sistemas de significação. O processo de inclusão foi discutido a partir de autores que abordam a educação inclusiva na perspectiva da interculturalidade como Fleuri e Rodrigues. Segundo Rodrigues (2003), a educação inclusiva deve se constituir como um processo educacional, simultaneamente “para todos e para cada um”. A educação inclusiva busca partir de múltiplos contextos (culturais, subjetivos, sociais e ambientais) promover com as pessoas e grupos, simultânea e articuladamente, a articulação da diversidade de sujeitos, contextos, linguagens, de ações e produções culturais.*

Abstract. *We live deeply today, in Brazil, an ample movement politician for the inclusion of people with deficiencies in the different institutions, particularly in the schools of regular education and in the companies. The legal obligation of insertion of the people with deficiency in educational institutions and entrepreneurs results of historical fights of social movements for guarantee of rights of citizenship and equality of chance for all. In this context, the increasing request of the catarinenses industries for the*

educational and professional qualification of the potential man power consisting by the people with deficiency was determinative factor for the sprouting of an inclusive school in the north of Santa Catarina. In this school of Young Education and Adult people are taken care people who present some type of deficiency and for some reason they had abandoned its studies in the regular age. What it is intended in this article is to unveil the senses that this school have for these subjects, to reflect on as the process of inclusion in the voice of who of it happens participates: learners and teachers. The data of the research had been collected through a command sent for the e-mail for 03 teachers and 11 learners. In this command was requested that they wrote what they believe to be an inclusive education and that senses has to study/to work in this school. The speeches produced for the subjects point to the questions related the Identity and Difference. In this perspective the data had been analyzed to the light of Silva and Baumann considering Identity and difference in a narrow relation of dependence, on the signification systems. The inclusion process was argued from authors who approach the inclusive education in the perspective of inter culture as Fleuri and Rodrigues. According Rodrigues (2003), the inclusive education must consist as an educational process, simultaneously “for all and each one”. The inclusive education search to leave of multiple contexts (cultural, subjective, social and ambient) to promote with the people and groups, simultaneously and articulated, the joint of diversity of subjects, contexts, languages, of actions and cultural productions.

Palavras-chave: Educação Inclusiva; Identidade; Diferença.

1. Contextualizando a pesquisa

A obrigatoriedade legal (BRASIL, 1999) de acolhimento e inserção de pessoas com deficiência em instituições educacionais e empresarias resulta de lutas históricas de movimentos sociais pela garantia de direitos de cidadania e igualdade de oportunidades para todos. Com a publicação do Decreto nº 3298, de dezembro de 1999, que estabelece normas para a integração de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, percebe-se uma solicitação crescente das indústrias para a capacitação educacional e profissional da mão-de-obra potencial constituída pelas pessoas com deficiência.

Com este Decreto iniciou um movimento de trabalhadores e de fiscais do trabalho a favor do cumprimento dessa legislação, que estabelece cotas para a contratação de pessoas com deficiência. A Lei estabelece que a empresa com 100 ou mais empregados está obrigada a preencher seus cargos com pessoas com deficiência, habilitadas, na proporção de 2% para até 200 empregados; 3%, de 201 a 500; 4% , de 501 a 1000; e de 5%, de 1001 em diante.

Segundo Rodrigues (2006), a deficiência pode ter origem multidimensional (orgânica, comportamental e social), que causa repercussões no âmbito pessoal e coletivo do indivíduo. No âmbito pessoal, destaca-se a baixa auto-estima e a dificuldade na vida produtiva considerada normal. No âmbito coletivo, destaca-se o estigma de incapacidade associado à deficiência que exclui quem não se enquadra no estereótipo físico e produtivo. Soma-se a isto a decorrente falta de qualificação profissional e a freqüente baixa escolaridade, que limita as possibilidades de treinamento e qualificação

profissional da pessoa com deficiência que, por sua vez, dificulta sua inserção ou sua reinserção na sociedade e no mercado de trabalho.

Neste contexto, muitas empresas deparam-se com um grande problema: a falta de mão de obra qualificada para cumprimento da legislação. Entretanto, em parceria com instituições educacionais, algumas destas empresas promovem a escolarização básica destes trabalhadores jovens e adultos com deficiência em um Programa de Educação.

Neste artigo o olhar foi lançado para um Programa de Educação do Trabalhador que acontece em uma cidade no norte de Santa Catarina e tem como principal objetivo atender jovens e adultos com deficiência que necessitam elevar e concluir a sua escolaridade básica a fim de serem incluídos no mercado de trabalho.

O que se pretende neste artigo é desvelar os sentidos que este Programa, esta escola têm para estes sujeitos, refletir sobre como acontece o processo de inclusão na voz de quem dele participa: alunos e professores.

2. Um olhar sobre a escola que temos

O Programa Educação do Trabalhador acontece na escola de Educação de Jovens e Adultos em uma cidade do norte de Santa Catarina. Nesta escola são atendidos jovens e adultos maiores de quinze anos de idade, estes geralmente são trabalhadores de empresas e estão organizadas em turmas de acordo com o nível de escolaridade: fundamental ou médio. Para um atendimento especializado às pessoas com deficiência foi criado nesta escola o Centro de Integração e Escolarização da Pessoa com Deficiência. Neste local as pessoas com deficiência tem acesso às salas de recursos e acompanhamento pedagógico especializado de acordo com a sua necessidade. Por exemplo, para os deficientes visuais e auditivos é disponibilizado acompanhamento pedagógico e a oportunidade de adquirir o conhecimento e habilidades no sistema de leitura/escrita em Braille e Libras.

Diante deste contexto o olhar neste artigo foi lançado para três professores e onze alunos que freqüentam o Ensino Médio. Estes alunos são de uma única turma e os três professores são os responsáveis pelo processo pedagógico e desenvolvimento das atividades nesta turma.

Considerar a pessoa investigada como sujeito e não objeto, implica “compreendê-la como possuidora de uma voz reveladora da capacidade de construir um conhecimento sobre a sua realidade que a torna co-participante do processo da pesquisa”. (Freitas, 2003, p29). Neste sentido, não se cria artificialmente uma situação para ser pesquisada, mas vai-se ao encontro da situação no seu processo de desenvolvimento. Cabe ressaltar que a pesquisadora participa como coordenadora pedagógica deste Programa, mas em uma outra cidade do estado de Santa Catarina.

Diante desta situação, considerando a distância entre pesquisadora e o campo de investigação, a coleta de dados foi realizada através de uma orientação encaminhada pelo correio eletrônico. Na orientação encaminhada foi solicitado para que os alunos e professores escrevessem sobre as seguintes questões: o que acreditam ser uma educação inclusiva e que sentidos tem trabalhar/estudar nesta escola.

A escolha desta turma justifica-se pelo fato de ser a única turma de Ensino Médio na escola e ser a turma que freqüenta há mais tempo o Programa. O curso de

Ensino Médio na modalidade da Educação de Jovens e Adultos tem duração média de vinte meses, esta turma já frequenta há quinze meses o Programa. Outro fator que determinou esta escolha foi o fato de todos os alunos dominarem conhecimentos de informática.

3. Os pressupostos teóricos que auxiliaram na compreensão dos dizeres

O conceito de Inclusão, mais especificamente no campo da Educação, implica antes de mais, rejeitar por princípio, a exclusão de qualquer aluno da comunidade escolar. Para isso, de acordo com Rodrigues (2006) a escola que pretende seguir uma política de Educação Inclusiva, deve desenvolver políticas, culturas e práticas que valorizam o contributo ativo de cada aluno para construção de conhecimento e seu compartilhamento, o que levará a qualidade acadêmica sócio cultural sem discriminação.

As diferenças culturais, sociais, étnicas, religiosas, de gênero, enfim a diversidade humana está sendo cada vez mais destacada e desvelada, sendo condição imprescindível para entender como aprendemos, como percebemos o mundo e nós mesmos. Neste sentido aprender implica saber expressar, dos mais variados modos, o que sabemos. Implica representar o mundo com base em nossas origens, valores e sentimentos.

As propostas educacionais que visam a Inclusão geralmente se baseiam na diversidade cultural, no respeito ao outro e a diferença. De acordo com Rodrigues (2001) “o respeito como conceito implica certo essencialismo, uma generalização, que vem da compreensão que as diferenças são fixas, definitivamente estabelecidas, de tal modo que só nos resta respeitá-las”.

A diferença, nesses espaços, é o que o outro é – ele é branco, ele é religioso, ele é deficiente, como afirma Silva (2003) *é o que está sempre no outro*, sustentada pela exclusão. Neste sentido, identidade e diferença estão em uma relação de estreita dependência. Segundo o autor, quando digo “sou brasileiro” parece que estou fazendo referência a uma identidade que se esgota em si mesma. Porém, a expressão “sou brasileiro” é parte de uma extensa cadeia de expressões negativas de identidades e diferenças.

Segundo Silva (2003, p76), “identidade e diferença partilham uma importante característica: elas são o resultado de atos de criação lingüística”. Isto quer dizer que identidade e diferença são criadas por atos de linguagem produzidas no contexto das relações culturais e sociais. Nestes contextos culturais e sociais, identidade e diferença, estão em estreita conexão com as relações de poder. Assim, pode-se dizer que onde existe diferenciação, ou seja, identidade e diferença, estão presentes o jogo poder.

Demarcar fronteiras, classificar, normalizar, incluir ou excluir, são formas de diferenciação em que estão presentes estas relações de poder. As formas pelas quais a sociedade produz e utiliza as classificações estão estreitamente relacionadas as questões de identidade e diferença. Assim, as classificações são sempre feitas a partir do ponto de vista da identidade. A normalização, ou seja, a fixação de uma identidade como norma, “é um dos processos mais sutis pelos quais o poder se manifesta no campo da identidade e diferença” (SILVA, 2003 p83).

Assim, identidade e diferença são definidas historicamente, a identidade é formada e transformada continuamente em relação às formas pelos quais somos

interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. Neste movimento, neste jogo de identidades Hall (1999, p.20-21) destaca que identidades são contraditórias, cruzando-se ou deslocando-se mutuamente. A identidade muda de acordo com a forma como o sujeito é interpelado ou representado, num processo descrito como uma mudança política de identidade (de classe) para uma política da diferença.

O direito à diferença na escola, desconstrói, portanto o sistema escolar excludente, normativo, com suas medidas e mecanismos de produção da identidade e diferença. Segundo Rodrigues (2006), quando a diferença é tomada como parâmetro, não fixamos mais a igualdade como norma e fazemos cair toda uma hierarquia das igualdades e diferenças que sustentam a normalização no sistema avaliativo escolar. Refletir e contrariar a perspectiva de uma escola que se pauta pela igualdade de oportunidades é fazer a diferença, reconhecê-la e valorizá-la.

A proposta de uma Educação Inclusiva requer reconhecer as diferentes culturas, a pluralidade das manifestações intelectuais, sociais e afetivas. Neste sentido, a diferença não é estruturalmente dicotômica, isto é, não existe um critério generalizado e objetivo que permita classificar alguém como diferente. A diferença é, antes de mais, uma construção social historicamente e culturalmente situada. Por outro lado, classificar alguém como “diferente” parte do princípio que o classificador considera existir outra categoria que é a de “normal” em que ele, naturalmente, se insere.

Quando dizemos que a Educação Inclusiva se dirige aos alunos diferentes acabamos por encarar todas estas questões. Sabemos que não só diferente os alunos com uma condição de deficiência: muitos outros alunos sem condição de deficiência identificada não aprendem se não tiverem uma atenção particular ao seu processo de aprendizagem.

4. As vozes dos sujeitos: sentidos de uma escola inclusiva

Para desvelarmos os sentidos que professores e alunos, sujeitos da pesquisa, atribuem a este Programa, bem como o que acreditam ser uma Educação Inclusiva, trazemos recortes dos registros coletados na pesquisa. Agrupamos estes recortes em dois grupos: o primeiro grupo refere-se aos registros produzidos pelos sujeitos sobre o que acreditam ser uma Educação Inclusiva. Já no segundo grupo os registros são referentes aos sentidos apontados pelos sujeitos sobre trabalhar/estudar nesta escola.

Para construir este primeiro grupo trazemos os dizeres dos sujeitos alunos 1, 4 e 5 e do sujeito professor 2, percebe-se que estes dizeres apontam para a garantia de direitos de igualdade, de uma educação para todos.

Sujeito aluno1: *Educação Inclusiva é uma educação para todos estudarem.*

Sujeito aluno 4: *é a oportunidade de todos aprenderem juntos.*

Sujeito aluno 5: *é uma educação que inclui todas as pessoas, com ou sem deficiência.*

Sujeito Professor 2: *é a inserção e participação de todos os alunos no processo, é atender a diversidade.*

As expressões destacadas como: “todos estudarem”, “todos aprenderem juntos”, “todas as pessoas” e “participação de todos os alunos”, nos remete a idéia de igualdade de direitos e acesso à educação. Percebe-se que estes dizeres são atravessados pelos discursos da Política Nacional de Educação (MEC, 2007) que desencadeia o movimento

de uma escola inclusiva em defesa do direito de todos os alunos estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação.

Neste sentido, ao utilizarem o termo “todos” para definir a educação inclusiva, os sujeitos apontam para o reconhecimento do sentimento de pertencer aquele grupo, ou seja, de se sentirem incluídos. Esta demarcação em que todos devem pertencer ao grupo são evidentes indicadores das relações de poder. Segundo Silva (2003, p.82) “a identidade e a diferença se traduzem em declarações sobre a quem pertence e a quem não pertence, sobre quem está incluído e quem está excluído”. Estas relações de poder podem ser evidenciadas na fala do sujeito aluno 5 quando ele diz que a educação inclusiva inclui todas as pessoas, ele demarca a existência de dois grupos: “com ou sem deficiência”.

O dizer do sujeito Professor 2 “é atender a diversidade”, aponta o reconhecimento da diversidade como ponto de partida para evitar que as diferenças se transformem em desigualdades e desvantagens entre os alunos, possibilitando assim a participação de todos no processo de ensino-aprendizagem.

Para desvelar os sentidos apontados pelos sujeitos da pesquisa em trabalhar/estudar nesta escola trazemos os dizeres dos sujeitos alunos 7 e 11 e, do sujeito Professor 3. Os sentidos produzidos nos enunciados abaixo apontam para o sentimento de identificação e nos remete a uma estreita relação entre identidade e diferença.

Sujeito Aluno 7: *Gosto de vir nesta escola porque me sinto igual a todos, aqui sou estudante, trabalhador... então me digam em que sou diferente de vocês?*

Sujeito Aluno 11: *Estar nesta escola significa uma vitória, eu sempre quis ir na escola. Agora vejo somos diferentes, mas podemos aprender juntos.*

Sujeito Professor 3: *Trabalhar nesta escola é aprender todos os dias, aprender que todos nós somos diferentes e que precisamos destas diferenças para construção de nossos conhecimentos.*

As expressões “me sinto igual a todos” e “todos nós somos diferentes” é construída a partir de uma identificação, do reconhecimento de alguma origem comum ou de características que são partilhadas com outros grupos de pessoas, ou ainda, a partir de um mesmo ideal. Conforme Hall (2003), a abordagem discursiva vê a identificação como uma construção, como um processo nunca completado, como algo sempre em processo. Neste sentido a identificação é um processo de articulação que opera por meio da diferença. A identidade é relacional na medida em que a diferença é estabelecida por uma marcação simbólica relativamente a outras identidades.

As expressões enunciadas pelo sujeito aluno 11: “somos diferentes, mas podemos aprender juntos” e, pelo sujeito professor 3: “precisamos destas diferenças para construção de nossos conhecimentos” apontam para o reconhecimento, valorização e respeito à diferença. Esta diferença é entendida como enriquecimento e oportunidade de aprendizagem para todos envolvidos neste espaço escolar.

5. Considerações finais

Buscou-se neste artigo desvelar os sentidos que alunos e professores atribuem ao Programa de Educação bem como o que acreditam ser uma Educação Inclusiva. Os dizeres analisados nos apontam que o movimento social pela Educação Inclusiva é uma

ação política, cultural, social, desencadeada no direito e todos os alunos estarem juntos, aprendendo e participando do processo.

Neste sentido a educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, no reconhecimento das diferenças e na participação de todos os sujeitos envolvidos no processo. Os dados nos apontam que nesta escola, tais sujeitos socioculturais, apresentam-se como sujeitos coletivos que buscam interagir e dialogar com outros sujeitos, lutando por construir condições de equidade de oportunidades e de direitos, para se reconhecerem em suas diferenças.

O fato dos alunos se reconhecerem diferentes não implica que cada um tenha que aprender segundo uma metodologia diferenciada; isto nos levaria a uma escola impossível de funcionar nas condições atuais. O certo é que não só os alunos são diferentes, mas todos são diferentes e, ser diferente é uma característica humana e comum, não um atributo negativo de alguns. Segundo Rodrigues (2006), a Educação Inclusiva dirige-se assim aos “diferentes”, isto é...todos os alunos. E é ministrada por “diferentes”, isto é...todos os professores.

Estas diferenças marcam a identidade de cada sujeito, identidade esta que está vinculada às condições sociais e materiais. Assim, identidade e diferença estão em uma estreita relação de dependência. O desafio da educação inclusiva consiste em desenvolver processos educacionais capazes de respeitar as diferenças e de “integrá-las” em uma unidade que não as anule, mas que ativem o potencial que cada sujeito envolvido no processo.

6. Referências

- BAUMAN, Z. **Identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- BRASIL. Política Nacional de Educação Especial. Série Int.1, Brasília: MEC/SEESP, 1994.
- BRASIL. Decreto n. 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a lei n.7853, de 24 de outubro de 1989. Brasília: Presidência da República, 1999. Disponível em: <http://www.ibict.br/inclusaosocial/arquivos/Legislacao/Decretos/Dec3298.pdf>.
- FLEURI, M. R. (Org). **Educação intercultural**. Mediações necessárias. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- FREITAS, M. T.; SOUZA, S. J.; KRAMER, S. **Ciências humanas e pesquisa: leituras de Mikhail Bakhtin**. São Paulo: Cortez, 2003.
- HALL, S. **A identidade cultural na pós-mordenidade**. 11^a.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- RODRIGUES, David. **Educação e Diferença: valores e práticas para uma educação inclusiva**. Porto: Porto Editorial, 2001.
- RODRIGUES, Davi (Org). **Inclusão e Educação**. Doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus, 2006.
- SILVA, Tomaz T. **Documentos de Identidade: uma introdução as teorias do currículo**. 2^a.ed. Belo Horizonte: Autentica, 2004.
- _____, HALL, S.; WOODWARD, K. **Identidade e diferença**. A perspectiva dos estudos culturais. 2^a.ed. Petrópolis: Vozes, 2003.